



A GÊNESE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SANTA CATARINA: Estado, ideologia e classes sociais

Sabrina Aparecida da Silva

Resumo

Este artigo objetiva identificar a implantação da Legião Brasileira de Assistência (1942-1944) em Santa Catarina, situando as principais campanhas ideológicas direcionadas às famílias dos militares brasileiros envolvidos na Segunda Guerra Mundial. O estudo articula fontes históricas do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina numa tentativa de resgatar a gênese da assistência social no estado.

Palavras-chave: Legião Brasileira de Assistência, assistência social, Estado e ideologia.

Abstract

This article aims to identify the implementation of the Brazilian Legion of Assistance (1942-1944) in Santa Catarina, placing the main ideological campaigns aimed at military families Brazilians involved in World War II. The study articulates historical sources of the Public Archives of the State of Santa Catarina in an attempt to rescue the genesis of the social assistance on state.

Keywords: Brazilian Legion of Assistance, social assistance, State and ideology.

1. Introdução

A implantação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Brasil ocorreu através de “um amplo papel de mobilização da opinião pública para o apoio ao ‘esforço de guerra’ promovido pelo governo, e consequentemente ao próprio governo ditatorial” no período do Estado Novo (1937-1945) (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2011, p. 265). Entre os anos de 1942 e 1944 aconteceu em diversos estados do país a implantação da LBA, acompanhada de campanhas de aspecto ídeo-político e de práticas ‘assistenciais-religiosas’, com objetivos claros de ‘ajuda’ aos familiares dos militares convocados para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Todavia, no mesmo momento, esse

fenômeno 'assistencial-imediatista' promovido pelas primeiras-damas se expandiu também às famílias pobres brasileiras como um todo.

A profissão de Serviço Social surge neste contexto histórico, institucionalizada no governo de Getúlio Vargas em 1938, atuando diretamente nas expressões da questão social, derivadas do próprio contexto nacional de expansão capitalista ao longo dos anos de 1930 e 1940. Ou seja, conforme relatam os autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho na clássica obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*:

Da assistência às “famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua *atividade básica* e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 266).

A implantação da LBA em Santa Catarina não foi muito diferente do restante dos estados brasileiros, porém, podem ser observadas algumas especificidades que serão apontadas no decorrer desta pesquisa. Destarte, o objetivo do presente estudo é evidenciar como ocorreu esse processo histórico no estado de Santa Catarina, tendo em vista a gênese da assistência social no estado, e quais foram as principais ações e práticas político-ideológicas promovidas em parceria entre a LBA e o Estado brasileiro. Entre as práticas ideológicas do período, destaca-se um concurso de *Robustez Infantil* direcionado para as crianças 'sadias' catarinenses.

O estudo faz parte do projeto de pesquisa *O pensamento de Gramsci e sua presença no Serviço Social Brasileiro - produção do conhecimento e indicações político-interventivas*, desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil Políticas Públicas e Serviço Social – NESPP/UFSC, e se utiliza de documentos e fontes históricas do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Serão utilizados neste estudo os primeiros relatórios oficiais da LBA no estado, expedidos pela primeira-dama e esposa de Nereu Ramos, Beatriz Pederneiras Ramos, entre os anos de 1942 e 1944. Este trabalho tem uma fundamentação teórica baseada nas reflexões e conceitos de Antonio Gramsci, com um enfoque na categoria *ideologia*. Por fim, salienta-se a complexidade política deste tema, pois ainda hoje no século XXI, evidenciam-se práticas de cunho religioso, voluntarista, filantrópico e assistencialista nas diversas instituições e organizações sociais da sociedade civil em coparticipação financeira com o Estado.

2. Ideologias e práticas: a implantação da LBA em Santa Catarina

Neste trabalho, como primeira aproximação, partimos da concepção de ideologia tematizada por Antonio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*. Para ele, diferentemente de Marx que concebia a ideologia como “falsa consciência”, Gramsci (2011, p.98-99) de forma inovadora, a concebe como “uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em

todas as manifestações da vida individuais e coletivas”. Gramsci (2011, p. 93) no *Caderno 11* escreve que “na própria linguagem, que é o conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo”, se tem uma ideologia. Ou seja, no “senso comum e no bom senso”, “na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore””, existe uma ideologia. Além disso, Gramsci (2011, p.99) evidencia como, no capitalismo monopolista do século XX, se expressa “uma unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia”. Ele se refere aqui especialmente a força da Igreja Católica que busca manter os “simples na sua filosofia primitiva de senso comum” (GRAMSCI, 2011, p.103). O mesmo ocorrendo com as práticas do pensamento liberal conservador.

É justamente nos meandros desse modo de pensar, presente no Brasil nas primeiras décadas do século XX, a ideologia presente no discurso das primeiras-damas durante o período estudado, não ultrapassam a noção imediata de assistência aos mais ‘necessitados’, pois suas práticas via LBA, estavam condicionadas a uma vida eminentemente ligada à política catarinense. Os discursos dessas primeiras-damas em relação à assistência social estão carregados de ‘ideologismos’ fundados na ‘missão social e espiritual’ que estas mulheres imaginam ter, visando à caridade imediata e um controle social, político e ideológico sobre a população catarinense.

Nesse aspecto, a entidade LBA “estará profundamente ligada ao preço a ser pago pelo esforço de guerra – evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e pequena - burguesia urbana – e às profundas transformações decorrentes do colapso do comércio internacional, que acelerarão o processo de aprofundamento do capitalismo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 266). Devido ao fato, como bem elucidam os autores, “a partir da década de 1930 e especialmente da Segunda Guerra Mundial, concomitantemente ao aprofundamento do capitalismo, acentuam-se os mecanismos de disciplinamento e controle social” nas camadas e frações de classes pobres do período (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 323). Sendo assim, ficou a cargo das primeiras-damas exercerem esse controle social e político, agindo diretamente no campo da assistência social. Todavia, as primeiras-damas não atuavam sozinhas, pois contavam com o apoio político e ideológico da igreja católica, do Estado ditatorial de Getúlio Vargas, que tinha como seu representante em Santa Catarina o interventor Nereu Ramos, o que facilitou a maior disseminação de suas práticas e ações no campo da assistência social. Ou seja, historicamente, “as famílias das classes trabalhadoras tornaram-se, desde final do século XIX, no Brasil, objeto de práticas de cunho disciplinar e moralizador que pretendiam delimitar formas de sociabilidade, valores, hábitos e condutas” (ALENCAR, 2010, p.137).

Nessa perspectiva presenciamos no relatório da LBA do ano de 1944, a primeira transcrição de missiva enviada à primeira-dama de Santa Catarina por Darci Vargas, do Rio de Janeiro, solicitando a fundação da entidade assistencial no estado, tendo como primazia o apoio às famílias dos soldados

enviados para a Segunda Guerra Mundial e a mensuração da missão da 'mulher brasileira' a serviço do Estado brasileiro. A missiva diz o seguinte:

Do Rio de Janeiro:

Senhora Nereu Ramos – Florianópolis.

Em vista das grandes dificuldades que atravessam o nosso país, a mulher brasileira será chamada a cumprir importante missão na proteção às famílias dos nossos bravos soldados e execução de todos os deveres civis que forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta Capital, sob a égide da Federação das Associações Comerciais do Brasil, a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender a todo o país os benefícios desta organização, sugerimos que assuma nesse Estado a direção do movimento, em conjunto com a Associação Comercial, que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração, saúda cordialmente Darci S. Vargas.

Mais adiante, em resposta à carta de Darci Vargas, Beatriz Pederneiras Ramos escreveu o seguinte: "Com as mais efusivas congratulações pela sua generosa e patriótica iniciativa, peço que acolha a certeza de que não pouparei esforços para corresponder ao seu honroso apelo" (Relatório LBA, 1944, p. 08). Destaca-se que a Associação Comercial de Santa Catarina também estava compondo esse emaranhado político de ações e práticas no campo da assistência na sua gênese. Porém, questionam-se quais são os interesses reais por detrás destas ações sociais destas primeiras-damas? Evidencia-se que as práticas das primeiras-damas aqui no estado ultrapassam a concepção minimalista de ser somente um 'assistencialismo', pois nessa trajetória histórica e política do país, os interesses políticos particularistas e economicistas sempre estiveram à frente das reais necessidades da população.

Em Santa Catarina a Comissão Estadual da LBA foi constituída pela primeira-dama do estado na presidência, Beatriz Pederneiras Ramos, pelo Secretário Jaú Guedes da Fonseca, pelo Tesoureiro Américo de Campos Souto e outros, como Rogério Gustavo da Costa Pereira, Celso de Oliveira Ramos, Manoel Galdino Vieira e Severo Simões. Destaca-se que todas essas figuras políticas tinham influências na política catarinense, além de ocuparem cargos de confiança no aparelho estatal.

Nesse contexto, identificamos que o chamado primeiro-damismo sempre perpassou as práticas no campo da assistência por todo o país. A LBA nacional surgiu no estado do Rio de Janeiro em 1942, pelo Decreto-Lei Nº 4.830 de 15 de outubro do mesmo ano, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Conforme o Relatório de Exercício do ano de 1943, emitido pela primeira-dama Beatriz Pederneiras Ramos (Presidente da Comissão Estadual), a LBA foi:

Instalada em nosso Estado em 18 de outubro de 1942, contou desde logo a Legião, somente na Capital, com uma inscrição inicial e voluntária de 678 legionárias, e dentro em pouco o seu número já ultrapassava 800. É que a mulher catarinense compreendeu desde logo os elevados objetivos da nobre instituição. Por isso, senhora Presidente, todos os que fazemos parte desta Comissão Estadual, a que tenho a honra de presidir somos portadores dos votos que reverentemente fazemos a Deus, pela sua felicidade pessoal e pela conservação do governo do grande Presidente Getúlio Vargas, os milhares de catarinenses que integram esta pequena parcela do Brasil unido, os quais oferecem o seu testemunho de apreço e de admiração pela grandiosa obra da Legião Brasileira de Assistência (Relatório LBA, 1943, p.04).

Diante destas poucas palavras da primeira-dama catarinense, evidencia-se o discurso político-ideológico de cunho extremamente conservador e religioso. Todavia, tratava-se de quais mulheres

catarinenses? Sabe-se que eram mulheres catarinenses advindas não das classes subalternas, mas da burguesia e das frações das classes médias do período, ligadas diretamente à política partidária do estado. Ou seja, as relações clientelistas, corporativistas, religiosas e a preservação do *status quo* destas senhoras, advindas das classes dominantes catarinenses, prevaleceram nas ações sociais via LBA e na parceria com o estado nacionalista, contribuindo assim, na difusão de normas e condutas moralizadoras, originárias das classes médias e burguesas influentes na política catarinense.

Na mesa de cerimônia de instalação da LBA no estado, sentou-se o interventor Nereu Ramos, a presidente da Comissão Estadual, Beatriz Pederneiras Ramos, os representantes da igreja católica, o reverendo D. Joaquim Domingues de Oliveira, o arcebispo metropolitano, os representantes do estado, o presidente do Tribunal de Apelação do Conselho Administrativo do Estado, além dos Secretários da Justiça, Educação, Saúde, Viação, Obras Públicas, Agricultura, o Secretário da Fazenda Interino, e os representantes militares (comandantes) do período. Além do jornalista Jaú Guedes da Fonseca e dos médicos Rogério Viera, o prefeito da capital, e Osvaldo Rodrigues Cabral, presidente da Cruz Vermelha Brasileira no estado. Desse modo, evidencia-se a base política do período, destacando figuras políticas-representativas, religiosas e opressoras que pautavam as ações ideológicas da entidade calcada num assistencialismo conservador e disciplinador dos sujeitos (Relatório LBA, 1944, p.14).

Como consta no relatório de 1944, temos a fundação da LBA no estado de Santa Catarina no “dia 12 de setembro de 1942, cuja solenidade realizou-se às 15 horas nos amplos salões do Clube “12 de Agosto”, gentilmente cedidos por sua ilustre Diretoria” (Relatório LBA, 1944, p, 09). No mesmo dia da fundação da LBA, foi expedido um telegrama pela primeira-dama do Estado, Beatriz Ramos, “a todas as senhoras esposas de prefeitos municipais, dando-lhes instruções e concitando-as a desenvolver esforços no sentido da concretização” dos centros municipais no estado de Santa Catarina (Relatório LBA, 1944, p.10). Assim, desse telegrama, decorrem os centros municipais da LBA no estado de Santa Catarina implantados em:

Araquari (ex-Parati), Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Bom Retiro, Brusque, Caçador, Camboriú, Campo Alegre, Campos Novos, Canoinhas, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Gaspar, Ibirama (ex-Hamônia), Imaruí, Indaial, Italópolis, Itajaí, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joaçaba (ex-Cruzeiro), Joinville, Laguna, Lages, Mafra, Nova Trento, Orleães, Palhoça, Porto Belo, Porto União, Rio do Sul, Rodeio, São Francisco do Sul, São Joaquim, São José, Serra Alta (ex-São Bento), Tijucas, Timbó, Tubarão, Urussanga e Chapecó, sendo este último ficou extinto em 31 de dezembro de 1943, com a passagem do Município para o Território de Iguaçu. Pela relação a seguir se verifica que dos 43 Centros Municipais, correspondentes a 43 municípios do Estado – não se incluindo o de Florianópolis, que não possui C.M. por ser a sede da C.E. – 31 deles foram instalados em setembro de 1942, 10 outros em outubro do mesmo ano, um em abril de 1943 e um em julho de 1944, aliás o do município de Videira, a mais nova das comunas do Estado, instalada em princípios desse ano” (Relatório LBA, 1944, p.11).

Destacamos que em alguns centros municipais, trabalhadores da área de contabilidade e do setor financeiro recebiam salários, como no caso de Blumenau, onde os senhores Luiz Reis e Franz Brack, encarregados pela Secretaria e Tesouraria da LBA de Blumenau eram remunerados. Outros funcionários públicos das prefeituras municipais também recebiam uma quantia salarial a mais para desempenhar funções administrativas nas comissões municipais.

Nas cidades de Busque e Caçador o cargo de tesoureiro também era remunerado. Em Joinville, por exemplo, a função remunerada foi alocada para o porteiro, que ao mesmo tempo, exercia diversas funções dentro dessa comissão. Na cidade de Laguna, remunerava-se além do tesoureiro e a datilógrafa, os trabalhadores do *Serviço de Higiene a Criança* do Posto de Puericultura do Estado, ou seja, remuneravam-se os médicos, os cozinheiros, as auxiliares de cozinha, os auxiliares dos 'dispensários', além do cargo de servente para pequenos serviços e reparos no local. E por último, constata-se que na comissão municipal da cidade de São Joaquim, eram pagos os serviços de datilografia, de mensageiro e uma auxiliar de limpeza na manutenção da sede local. Fora estes municípios, todas as atividades desenvolvidas dentro do âmbito das comissões municipais eram voluntárias, não contando com nenhuma remuneração ou gratificação.

O caráter do voluntário e da 'ajuda solidária' aos atendidos eram características que perpassaram todas as implantações das comissões municipais da LBA no estado de Santa Catarina. Desse modo, no ano de 1944 haviam inscritas na Comissão Estadual Catarinense, em Florianópolis, o total de 1.580 legionárias pertencentes a diversas classes sociais. O Instituto Coração de Jesus na época, também inscreveu suas alunas da Escola Profissional Feminina para complementar esta 'jornada patriótica'. As Comissões Municipais totalizaram 3.027 mulheres, e somando-se as duas, chegaram a trabalhar na LBA em todo o estado cerca de 4.607 legionárias catarinenses.

3. A Sociedade civil e as principais campanhas ideológicas da LBA (1942-1944)

Na ótica gramsciana a sociedade civil é "formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc", que servem muitas vezes, para 'demarcar fronteiras' de classes e para a manutenção do *status quo* de um determinado grupo social no poder político (COUTINHO, 1999, p. 127).

Nesse aspecto, a mídia radialista na década de 1940 foi utilizada como um 'aparelho privado de hegemonia' a serviço do Estado ditatorial, e em coparticipação com outros segmentos da sociedade civil conservadora do período, no caso, com a participação efetiva da LBA. O uso indevido da disseminação da informação pública, a serviço de interesses particularistas e eleitoreiros, perpassam a história de nosso país, com objetivos claros de 'manter a ordem' já estabelecida.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) funcionava em Santa Catarina e em outros estados como o principal órgão de censura a serviço do Estado ditatorial Vargasista, contribuindo com a ideologia nacionalista e com a formação de novos trabalhadores, fortes, sadios e 'anticomunistas'. Convém destacar que esse nacionalismo do Brasil na década de 1930, de um 'novo estado', de um 'povo sadio', flertava com as ideologias *nazifascistas* da época.

Em Santa Catarina, a primeira campanha do 'esforço de guerra' realizada entre os anos de 1943-1944, foi à campanha da borracha, promovida pela LBA em parceria com o DEIP e o Departamento Estadual de Educação. Essa campanha teve como objetivo a arrecadação do maior número possível de pneus usados para o 'esforço de guerra' no Brasil. Conforme Relatório datado em 1943, "centenas de toneladas de borracha foram angariadas pelas crianças de todos os estabelecimentos de ensino no Estado" (Relatório LBA, 1943, p. 33). A finalização dessa campanha aconteceu:

Com uma grande solenidade, à qual compareceram alunos dos estabelecimentos de ensino da Capital e grande massa de povo, foi encerrada no dia 17 de julho, defronte ao edifício da Prefeitura Municipal, cerca das 15 horas, a campanha da borracha em Florianópolis, tendo usado a palavra o jornalista Gustavo Neves, diretor do DEIP (Relatório LBA, 1943, p. 34).

Já a "Horta da Vitória" tinha por finalidade a divulgação do uso e do plantio de hortaliças no âmbito doméstico, incentivando a população catarinense para o plantio de alimentos. A campanha do livro, iniciada em 28 de outubro de 1943, designou alguns acadêmicos para a 'Comissão de Arrecadação de Livros para o Combatente'. Entre os designados para essa comissão destacam-se, a "acadêmica Catarina Navarro Haberbeck, para presidente" e "os acadêmicos Nereu Ramos Filho, Antenor Tavares, Pedro Ivo Mira Gomes, José Felipe Boabaid, Lecian Slovinski e Lauro Linhares, como membros da referida Comissão" (Relatório LBA, 1943, p. 41). Por último, temos a campanha do alumínio, que ocorreu na capital e no interior do estado, com objetivos de recolher o maior número possível de objetos de alumínio. Essa campanha contou com o apoio das crianças e dos adolescentes catarinenses.

Dentre as chamadas 'Preleções Radiofônicas' descritas nos relatórios da LBA, registra-se no relatório oficial datado em 1943, a menção de um *Curso de Serviço Social pelo Rádio*, promovido pela filha da primeira-dama e do presidente Getúlio Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, onde se menciona a seguinte informação:

Foi com grande simpatia e o maior acatamento que esta C.E. recebeu dessa Comissão Central, a comunicação, por telegrama, do início, sexta-feira, 10 de setembro, do "Curso de Serviço Social pelo Rádio", através da emissora P.R.E. 8 (Rádio Nacional), onda de 980 metros, com a sua aula inaugural nesse dia. Atendendo ao apelo feito pela exma. Presidente Interina dessa C.C., Sra. Alzira do Amaral Peixoto, providenciei junto aos Centros Municipais para que pudessem captar as referidas transmissões, aproveitando tão valiosa oportunidade para melhor aparelhagem para a grandiosa obra da LBA (Relatório LBA, 1943, p. 37).

Desse modo, verifica-se que nesse período foi feito um *Curso de Serviço Social* com transmissões pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, onde cada Comissão Estadual e Municipal puderam acompanhar tal curso, e que provavelmente houve outros com enfoque na assistência às famílias pobres do país. Na presente fonte histórica não consta o conteúdo do curso realizado, porém, já existiam outros cursos descritos na gênese do Serviço Social brasileiro no Rio de Janeiro e no estado de São Paulo. Dentre os eventos promovidos pela LBA, os mais evidenciados nos relatórios, entre os anos de 1943-1944, são a 'A Semana da Pátria', concomitantemente com o desfile de 07 de setembro, o 'Natal dos Pobres' (1942

a 1944) e a Semana da Criança, promovida pela LBA em parceria com o Estado Novo, entre os dias 10 a 17 de outubro nos anos de 1943 e 1944. Destaca-se nesses documentos, a seguinte fala:

Como bem frisou o eminente Presidente Getúlio Vargas, o problema da criança constitui, ainda, um dos mais urgentes em nosso País, não obstante o muito que se há feito no sentido de dar-lhe solução. Em Santa Catarina, esse problema, cuja equação é integrante dos postulados do Estado Novo, teve eco, sobremodo eloquente, nas realizações a que se ateve o governo do Sr. Nereu Ramos, no terreno de assistência social à infância desamparada (Relatório LBA, 1944, p. 142).

Nessa semana comemorativa da criança, consta destaque o *Concurso de Robustez Infantil*, realizado em Florianópolis no dia 17 de outubro de 1944, contando com 35 crianças de 01 a 12 meses. Consta no relatório que:

A Comissão Julgadora do concurso estava assim constituída: Sra. Batriz Pederneiras Ramos, Presidente; Dr. Benoni Laurindo Ribas, diretor do Departamento de Saúde Pública e Drs. Ilmar de Almeida Correa e Pedro Torres de Miranda, médicos. [...] Homologado o resultado do concurso, foram conferidos cinco prêmios às cinco crianças classificadas em primeiro lugar, sendo 4 oferecidas pela Legião Brasileira de Assistência, e 1 pela companhia Lactéa Nestlé, este último em dinheiro, porque atribuído ao casal de gêmeos, cujos pais são pobres (Relatório LBA, 1943, p. 147).

O concurso tinha como modelo uma ficha de inscrição, onde constavam os seguintes itens: nome, idade, sexo, peso, altura, alimentação natural, alimentação artificial, circunferência craniana, circunferência torácica, formação dentária, pele, mucosas, entre outras. Mais precisamente, “a política da infância, denominada ‘política do menor’, articulando repressão, assistência e defesa da raça, se torna uma questão nacional, e nos moldes em que foi estruturada, vai ter uma longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes pobres desse país” (FALEIROS, 1995, p. 70).

4. Considerações Finais

Pretendeu-se com o presente artigo demonstrar como ocorreu o processo histórico de implantação da LBA em Santa Catarina, situando as principais ações e campanhas ideológicas direcionadas as famílias dos militares e as camadas pobres catarinenses envolvidas nas práticas assistencialistas da LBA, no decorrer dos anos de 1940. A atenção à criança foi muito forte, principalmente na questão da ‘criança abandonada’ nos marcos do pós-1930. Ou seja, existia nesse período uma ideologia “voltada para a preservação da raça”, com características nitidamente fascistas (FALEIROS, 1995, p. 70). Assim:

A relevância desse período histórico é em virtude de que estamos diante de um momento que marca, no Brasil, a consolidação do capitalismo de base urbano-industrial, a partir de um projeto econômico e político-ideológico que formulou a ação do Estado e da economia do país. A intervenção do Estado brasileiro na delimitação de uma nova ordem social alterou-se, estabelecendo-se, assim, novas formas de relação entre o Estado e as classes sociais emergentes (ALENCAR, 2010, p. 139).

Nessa conjuntura pode-se analisar que os serviços assistenciais prestados pela LBA durante a década de 1940, tinham como objetivos, a institucionalização da caridade e da filantropia no campo da

assistência social no país, atuando na normatização de condutas das classes subalternas, com enfoque no controle social, político e ideológico das camadas atendidas por seus serviços.

Atualmente no século XXI, o que se verifica para a categoria profissional de Serviço Social, é uma grande luta no campo da política e da ideologia, contra as práticas e as ações voluntaristas de cunho assistencialista, que advêm historicamente desde os anos de 1930 na chamada era Vargasista. Ou seja, ainda hoje na sociedade civil persiste uma resistência política e cultural por parte de alguns grupos, em associar ações assistencialistas, focalizadas e parciais como 'práticas normais' no campo da assistência social. No Brasil, a assistência social virou sinônimo de política pública somente a partir da Constituição Federal de 1988, constituindo o tripé da Seguridade Social: saúde, assistência social e previdência social.

Hoje no campo da Política de Assistência Social os desafios são inúmeros, porém, acentua-se que o maior deles na atual conjuntura histórica, seria a superação do senso comum da assistência social vista como assistencialismo às famílias e camadas pobres do país, em favor de uma assistência social vista como direito de todos. Essa ideia discriminadora e preconceituosa de reduzir a Política de Assistência Social a uma política 'assistencialista' esconde por detrás um posicionamento político conservador e uma intenção clara de reprodução e de manutenção do *status quo* de um determinado segmento social burguês e classista. Assim, pode-se concluir que a LBA e seus pressupostos ideológicos associados ao modo de pensar das classes dominantes, terá influência importante na implantação e institucionalização do Serviço Social no Brasil.

5. Referências Bibliográficas

ALENCAR, M.M.T., Família, Trabalho e Reprodução Social: limites da realidade brasileira. In: DUARTE, M.J.O; ALENCAR, M.M.T. (Org.) **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. 2ªEd. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010, p. 133-152.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

FALEIROS, V. P. Infância e Processo Político no Brasil. In: **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, de legislação e de assistência à infância no Brasil**. PILOTTI, F. e RIZZINI, I. (Org). Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995, p. 47-98.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, V. 1, 2011.

IAMAMOTO, M. V; CARVAHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Ed: 34ª. São Paulo: Cortez, 2011.

Fontes:

Relatório Anual da Legião Brasileira de Assistência. Florianópolis/SC: 1943. P. 01-68. Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Relatório Anual da Legião Brasileira de Assistência. Florianópolis/SC: 1944. P. 01-152. Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.